

Casa de Orates

» SACHA CALMON

Advogado e presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF) no Rio de Janeiro

Nada nos irrita mais que os fiscos brasileiros, seja o federal, os estaduais e os municipais. Não excluo o fisco trabalhista e incluo, com força máxima, a fiscalização das contribuições ditas previdenciárias, de resto vítimas de tredestinação (desvio para atender a despesas não previdenciárias). Agora é esse caso do Carf. As matérias ganhadas pelos contribuintes sobre dedutibilidade de ágios, inclusive internos, juros sobre capital próprio ou legitimidade de atos de economia de impostos são absolutamente morais, jurídicos e corretos. O governo espermeia pelo valor do que deixou de achacar dos empresários, embora ganhe 95% dos recursos no Carf.

Acho graça da conduta da grande imprensa. Repetem que os “conselheiros reduziram multas” a troco de propina. Mas as multas — se esqueceram de analisar — são desconvinas, absurdas, escorchantes e o Carf tem competência legal para reduzi-las. Alardeiam que o governo perdeu R\$ 18 bilhões. Deixou mesmo foi de transferir para si dinheiro alheio, ganho a duras penas. Não descarto propinas. Essa é outra questão. Desconfio que o governo quer anular os julgamentos do CARF. Isso é inaceitável. Apurem, comprovem e punam seus funcionários corruptos, mas não toquem nas espécies julgadas. Ainda temos juízes para impedir esse absurdo.

Outro dia ouvi no rádio que as empresas de call center foram autuadas em R\$ 700 milhões. Foram acusadas de terceirização. Os diligentes e pretensiosos fiscais do trabalho acham que elas são fraudulentas. Os funcionários deveriam ser fichados nas empresas clientes como empregados, sujeitados aos tributos e encargos devidos. Então cometeram duas idiotices. Consideraram os call centers empresas de fachada, mas as autuaram assim mesmo, como se fossem, por exemplo parte de um grupo de empresas (na visão deles deveria ser assim). Querem, com ideias atrasadas, impedir a auto-organização das empresas que geram riqueza. Os senhores fiscais são como os agentes da Coroa Real, os donos da verdade a serviço do rei, contra o princípio da legalidade.

Para os fiscais da Previdência, igualmente, toda relação de prestação de serviços é fraudulenta, camufla sempre relação de emprego. Continuam a perturbar o ambiente de negócios do Brasil, sequeia do petismo sindical.

A novidade agora é incluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) na base de cálculo da contribuição patronal sobre o faturamento, o que é de uma imbecilidade assustadora, ante o posicionamento do Judiciário. A estimativa é que a nova discussão traga impacto de aproximadamente R\$ 10,1 bilhões aos cofres da União, dos quais R\$ 3,25 bilhões, em 2015, e R\$ 6,85 bilhões, considerando-se os últimos cinco anos. Nada é devido. Na hora de devolver alegarão perda de R\$ 10 bilhões, argumento ad terrorem.

Desde o início da política de desoneração da folha de pagamentos, em 2011, instituída



pela Medida Provisória (MP) nº 563, convertida na Lei nº 12.546, diversos setores ficaram obrigados a recolher 1% sobre a receita bruta de contribuição patronal. Antes, o pagamento correspondia a 20% sobre a folha de salários. A alteração assim havida levou a Secretaria da Receita Federal a publicar orientação estabelecendo que o ICMS está incluso na base de cálculo da Contribuição Patronal Sobre a Receita Bruta. Tolice. O ICMS é receita estadual. Para o Fisco, o ICMS faz parte do conceito de faturamento, o que gera aumento da contribuição final. O mesmo sistema é adotado pela Receita para o cálculo do PIS e da Cofins — tema julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com resultado favorável aos contribuintes (com base na relevância da questão e do imenso número de processos versando a mesma matéria).

Somente 15 anos após entrar na pauta do STF, em 9 de outubro do ano passado, a Corte decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo da Cofins. A discussão bilionária foi

definida por sete votos a dois. Apesar do entendimento favorável ao contribuinte, o resultado do julgamento surpreendentemente valeu apenas para a autora do processo — a empresa Auto Americano Distribuidor de Peças. Os ministros vão analisar ainda outras duas ações que valerão para todos os contribuintes. Até lá teremos insegurança jurídica. A única conclusão possível a ser tirada é essa: o Brasil é como a casa de Orates, ou seja, uma morada de malucos.

Defendo o incidente de inconstitucionalidade prévio. Um caso como o que estamos comentando deveria ir direto para o STF e ser julgado em 30 dias (precedente obrigatório). Teríamos um país funcional. O Supremo quando julga, décadas se passaram com consequências nefastas para toda a nação. Mas o Fisco cobra e executa nosso patrimônio, à moda dos reis. Não que seja culpa da Suprema Corte do Brasil, a mais atarefada do mundo pela imensidão de competências que lhe deram os constituintes de 1988.

Saúde, nutrição e os alimentos do futuro

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Presidente da Embrapa

Saúde e bem-estar são preocupações crescentes da sociedade. Muitos não medem esforços para garantir que o corpo esteja funcionando bem o tempo todo. As academias de ginástica e os parques públicos recebem número cada vez maior de pessoas preocupadas em manter a forma e o bem-estar físico. No entanto, e infelizmente, a maioria da população mantém estilo de vida pouco saudável. Negligência o fato de que o corpo humano é constantemente desafiado por uma imensidão de riscos — de vírus e bactérias a doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade, o diabetes, a arteriosclerose e o infarto agudo do miocárdio.

Fato complicador é que a sociedade continua mais afeita ao hábito da cura do que à lógica da prevenção. Embora essenciais, os avanços da medicina resultam em paradigma que não se sustenta. Os custos elevam-se enormemente e poucos podem contar com seguros de saúde adequados. Os sistemas públicos de proteção à saúde enfrentam sucessivas crises financeiras e, não raro, as pessoas precisam desembolsar as economias de uma vida para ter os tratamentos de que precisam.

Apesar dessa preocupante situação, não está claro se a prática da prevenção encontrará caminho desimpedido para o centro das políticas de saúde. Na maioria dos países, o orçamento da saúde é dedicado a consultas, internações e remédios para cura das pessoas doentes. Mas, quando pensamos no potencial de redução de custos e de sofrimento, o bom senso, as estatísticas e vários

estudos indicam que a prevenção e a promoção da saúde são caminhos mais interessantes e sustentáveis.

Entre os temas importantes relacionados ao bem-estar das pessoas e à prevenção de doenças, o suprimento adequado de alimento seguro e saudável tem grande relevância. Ainda assim, a má nutrição, em todas as formas — subnutrição, deficiências de micronutrientes, excesso de peso e obesidade — tem crescido em todo o mundo. A FAO estima que 26% das crianças são raquíticas, 2 bilhões de pessoas sofrem de uma ou mais deficiências de micronutrientes e 1,4 bilhão têm excesso de peso, dos quais 500 milhões são obesos. O custo estimado do impacto da má nutrição alcança 5% do PIB global, equivalente a US\$ 3,5 trilhões por ano, ou US\$ 500/pessoa/ano.

Avanços da tecnologia agropecuária e da ciência e tecnologia de alimentos estão entre os principais meios para superação desse preocupante quadro. A estreita relação dos alimentos com a saúde e o bem-estar tem sido tratada em profundidade pela ciência e está bem estabelecida há décadas. Inovações na diversidade, na qualidade e na funcionalidade dos alimentos poderão proporcionar melhor qualidade de vida para a população, reduzir custos com doenças associadas à má alimentação, e também atender à crescente demanda dos consumidores por alimentos saudáveis, práticos e sensorialmente atraentes.

O Brasil mantém um grande conjunto de ações para o avanço do conhecimento na relação entre alimentos, nutrição e saúde. O

objetivo é atender a demandas de consumidores, produtores e indústrias por alimentos mais diversificados, biofortificados, com qualidades nutricionais e funcionais diferenciadas e cientificamente comprovadas. A Embrapa já disponibiliza variedades biofortificadas, com vitaminas e minerais, de batata-doce, mandioca, feijão comum, milho e feijão-caupi, que beneficiam aproximadamente 2.500 famílias nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Estão em processo de melhoramento variedades de trigo, abóbora e arroz.

Além de vitaminas e minerais, busca-se adicionar e incrementar em diversos alimentos a produção de compostos bioativos, proteínas e peptídeos, fibras alimentares, ácidos graxos e componentes para prevenção de doenças específicas. Resultado promissor foi obtido recentemente com a produção em alface de altas quantidades de vitamina B9, importante na nutrição de gestantes, para prevenção da anencefalia, decorrente de uma malformação no tubo neural. Outros projetos buscam melhorar a abóbora contra o diabetes, o alho para reduzir o colesterol e a melancia, que tem substâncias com potencial de combater a hipertensão arterial.

Hipócrates, o pai da medicina, observou, há 2.500 anos, que as doenças originam-se da natureza e podem ser evitadas quando se estabelece equilíbrio entre o meio ambiente, os alimentos ingeridos e o espírito. Portanto, é sempre tempo de refletirmos sobre seu principal ensinamento — “o alimento é o nosso melhor remédio”.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Simbologias

Por meio da representação simbólica nos apropriamos do mundo, buscando interpretá-lo nas suas essência e realidade. De simbologia é formada boa parte de nossas vidas. Nossa república é rica em símbolos, alguns facilmente identificáveis, outros mais herméticos. De toda forma, a bengalada dada por um cidadão aposentado no ex-ministro José Dirceu se insere no mesmo rol simbólico dos roedores soltos na sala de audiência da CPI da Petrobras.

Para a população em geral, o ato solitário de um funcionário da Câmara traduz, quase à exatidão, a simbologia que buscou passar para todos os brasileiros. Trata-se aqui de interpretação fiel da realidade, quando boa parte da sociedade, enojada com os repetidos casos de escândalos, e diante do sentimento de impunidade geral, associa parte dos funcionários do Executivo e alguns políticos a ratos ou ratazanas devorando o erário.

A estrela de flores vermelhas, plantada no meio do jardim do Palácio da Alvorada pela ex-primeira-dama, inaugurou, simbolicamente, a fase de apropriação do Estado por um partido político por meio da intensificação desmedida do patrimonialismo feita em nome de uma causa de grupo. O punho cerrado e erguido ao alto, num gesto de saudação vitoriosa, feita pelos presos do mensalão, entrou para o imaginário popular com o sinal trocado, ficando marcado como símbolo da arrogância e do desdém pelos mais elementares exemplos de ética. A palma da mão do ex-presidente Lula coberta de óleo registrada em fotografias, ficará para sempre no imaginário da sociedade como símbolo de uma época em que massiva propaganda personalista e fascista tentou passar adiante a ideia de que a pátria tem um pai salvador. Hoje essa mesma foto das mãos sujas estampa os cartazes dos manifestantes que ocupam as ruas do país. Só que por baixo dessa foto simbólica está escrita, com óleo negro a palavra “Basta!”.

»A frase que não foi pronunciada

“Se não queres que ninguém saiba, não o faças.”

Provérbio Chinês

Chamariz

» Alunos da noite da Escola do Varjão elogiaram a diretora Claudia e a merendeira do local. Com a verba bem administrada, as refeições oferecidas para a turma do noturno são saborosas e variadas.

Ainda baixo

» Chega informação para a imprensa sobre o desempenho dos setores produtivos de Brasília. Dados da Codeplan dão conta que cresceu, no geral, mais do que a média do país. O Idecon indica que a atividade econômica no DF aumentou 1% no quarto trimestre de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou retração de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional nos três últimos meses do ano passado.

Agenda

» Mais uma tentativa da população em ser ouvida. Ponto de encontro no gramado do Congresso. Hoje é dia de manifestar como você se sente como brasileiro, contribuinte, cidadão.

Uma lástima

» Outros dados, dessa vez divulgados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília, de janeiro a março de 2015, mostram que quase 10 mil trabalhadores foram demitidos na Construção Civil, somente no Distrito Federal. Em 2014, foram 45 mil

homologações.

História da cidade

» Nova exposição das Memórias Femininas da construção de Brasília. Dia 15 será o Chá da Memória e, no dia 21, desfile de moda com as senhoras pioneiras, filhas e netas vestidas a caráter, sempre no Salão Negro do Congresso Nacional. Tania Fontenele, idealizadora da mostra, está disponível para receber objetos da época. Fotos, roupas, ou o que você puder emprestar. Segredo: a grande novidade será um Isetta 1958 da família Betiol.

Segurança

» “O STF não pode cancelar, juridicionalmente, atos e medidas que, perpetrados à margem da lei e do direito por movimentos sociais, organizados, transgridem, comprometem e ofendem a integridade da ordem jurídica fundada em princípios e em valores consagrados pela própria Constituição da República.” Sobre a invalidação do decreto da presidente Dilma que declarou interesse social para fins de reforma agrária na Fazenda Vista Alegre.

Sem adesão

» Fernando Gomide esclareceu bem o ocorrido. As manifestações da Central Única dos Trabalhadores terceiriza os protestos nas ruas. Inclusive quando o assunto foi a terceirização da mão de obra em empresas públicas e privadas. O cachê de R\$ 45, além de fornecimento de lanche, boné e camiseta com inscrição da entidade para as pessoas pobres recrutadas na periferia de Brasília, finaliza o leitor.

» História de Brasília

O saneamento do DF, resultando do entrosamento entre a Secretaria da Saúde e o Ministério da Saúde, noticiado pelos jornais, é uma blague. Fala em “entrosar atividades”, em “medidas relacionadas com o problema”, em “interesse na solução dos problemas”, mas não dá uma única medida concreta que tenha sido adotada. (Publicado em 11/8/1961)